

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FÁBIO JÚLIO DE CARVALHO MACHADO

**COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA:
20 anos do conceito Amazônia Azul, fomentando a mentalidade
marítima brasileira**

Rio de Janeiro

2024

CC FÁBIO JÚLIO DE CARVALHO MACHADO

**COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA:
20 anos do conceito Amazônia Azul, fomentando a mentalidade
marítima brasileira**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF(IM) Leandro.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este projeto à minha família, minha esposa Ellen e meu filho Pedro pelos momentos de angústia e pelas orações, A meus pais, que sempre torceram pelo meu sucesso e minha vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por me guiar no caminho que escolheu para minha vida. À minha esposa, Ellen, cuja perseverança foi o ponto de partida para toda essa conquista. Esta vitória também é sua. Ao meu filho Pedro por trazer alegria para nossas vidas. À minha família, pelas orações, pelo carinho e por ser sempre porto seguro nos momentos em que mais preciso. À Marinha do Brasil, por mais esta oportunidade de engrandecimento cultural, profissional e pessoal. Ao Capitão de Fragata Intendente da Marinha Leandro dos Santos Moreira, orientador deste trabalho, pelo aconselhamento e pelo trato sereno, sem os quais não teria sido possível concluir este estudo. Finalmente, aos amigos da turma Dodsworth, pela amizade e partilha. Nosso curso se tornou uma das experiências mais marcantes da minha vida pessoal e profissional. Levarei em minhas memórias todos os momentos aqui vividos. Se por um lado o curso foi profícuo em termos de atividades acadêmicas, por outro, forjou respeito, admiração e camaradagem por todos vós. Desejo aos senhores (e senhora!) continuado sucesso nas vossas carreiras e vidas pessoais. Contem sempre comigo.

“Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça,
impondo ao detentor o ônus da proteção”.

Roberto de Guimarães Carvalho

RESUMO

O trabalho analisa a comunicação estratégica da Marinha do Brasil em relação à Amazônia Azul nos últimos 20 anos, destacando sua importância nas áreas política, social e de defesa nacional. Introduzido em 2004, o conceito de Amazônia Azul abrange a gestão e proteção da vasta área marítima sob jurisdição brasileira, essencial para a economia e segurança do país. A Marinha tem integrado a Amazônia Azul em documentos estratégicos, como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, enfatizando sua relevância para a soberania nacional. As campanhas de conscientização promovidas pela Marinha visam educar a população sobre a proteção e exploração sustentável dessa área, engajando a sociedade civil em discussões sobre a preservação dos recursos marinhos. A presença da Marinha é crucial para a segurança nacional, enfrentando ameaças como a pesca ilegal e a exploração não autorizada de recursos. Além disso, a Marinha busca desenvolver sistemas de monitoramento e controle para lidar com ameaças futuras, reforçando a necessidade de um Poder Naval capaz de defender a vasta área marítima do Brasil, com destaque para a importância dos submarinos de propulsão nuclear. A comunicação estratégica da Marinha tem promovido a proteção dos recursos marinhos, engajando a sociedade e fortalecendo a defesa nacional, o que é vital para o desenvolvimento sustentável e a soberania do Brasil.

Palavras-chave: Amazônia Azul. Documentos estratégicos. Soberania nacional. Mentalidade marítima.

ABSTRACT

STRATEGIC COMMUNICATION:

20 years of the Blue Amazon concept, fostering the Brazilian maritime mindset

The analysis examines the strategic communication of the Brazilian Navy regarding the Blue Amazon over the past 20 years, highlighting its importance in the political, social, and national defense areas, fostering the Brazilian maritime mindset. Introduced in 2004, the concept of the Blue Amazon encompasses the management and protection of the vast maritime area under Brazilian jurisdiction, which is essential for the country's economy and security. The Navy has integrated the Blue Amazon into strategic documents such as the National Defense Policy (PND) and the National Defense Strategy (END), emphasizing its relevance to national sovereignty. The awareness campaigns promoted by the Navy aim to educate the population about the protection and sustainable exploration of this area, engaging civil society in discussions about the preservation of marine resources. The Navy's presence is crucial for national security, addressing threats such as illegal fishing and unauthorized resource exploitation. Furthermore, the Navy seeks to develop monitoring and control systems to tackle future threats, reinforcing the need for a Naval Power capable of defending Brazil's vast maritime area, particularly highlighting the importance of nuclear-powered submarines. The strategic communication of the Navy has promoted the protection of marine resources, engaging society and strengthening national defense, which is vital for sustainable development and Brazil's sovereignty.

Keywords: Blue Amazon. Strategic documents. National sovereignty. Maritime mentality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN	Ação estratégica Naval
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
CCSM	Centro de comunicação Social da Marinha
Cembra	Centro de Excelência para o Mar Brasileiro
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNIO	COMISSÃO NACIONAL INDEPENDENTE SOBRE OS OCEANOS
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPM	Ensino Profissional Marítimo
ERG	Elevação do Rio Grande
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEPLAC	Plano de Levantamento da Plataforma Continental
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MN	Milhas Náuticas
MT	Mar Territorial
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Plataforma continental
PCJB	Plataforma Continental Jurídica Brasileira
PEM2040	Plano Estratégico da Marinha
PFCT	Programa Fragatas Classe Tamandaré
PMN	Política Marítima Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PNM	Programa Nuclear da Marinha
PROHIDRO	Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos

PROSUB	Programa de Submarinos
SECIRM	Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SISGAAZ	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
ZC	Zona contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA	15
2.1	ASPECTOS DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INTEGRADA	15
2.2	CONCEITO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA.....	16
2.3	COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA NO ÂMBITO MILITAR	21
3	AMAZÔNIA AZUL	24
3.1	ORIGEM DO CONCEITO AMAZÔNIA AZUL	24
3.2	A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA AZUL.....	27
3.3	ENTORNO ESTRATÉGICO	29
4	AMAZÔNIA AZUL E A EVOLUÇÃO DA MENTALIDADE MARÍTIMA	33
4.1	ENGAJAMENTO COM A SOCIEDADE	33
4.2	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ECONÔMICO	36
4.3	DEFESA E SOBERANIA	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
	REFERÊNCIAS	46
	ANEXO A – Atlas do IBGE e livros didáticos incluirão mapa da Amazônia azul	51
	ANEXO B – Amazônia azul: Brasil é maior do que está no mapa	52

1 INTRODUÇÃO

A comunicação tem se tornado um elemento vital nas organizações contemporâneas, especialmente à medida que essas instituições reconhecem a necessidade de influenciar o comportamento de seus públicos. A partir dessa compreensão, a comunicação estratégica emerge como um tema essencial, uma vez que ela é planejada para atender a objetivos específicos e direcionada a públicos-alvo, com o intuito de provocar mudanças significativas nas políticas, práticas e comportamentos. Nesse contexto, a Marinha do Brasil (MB) busca alinhar suas atividades comunicativas à Política Nacional de Defesa (PND), enfatizando a importância da conscientização da sociedade sobre os assuntos de defesa.

A PND estabelece diretrizes que integram a população aos esforços de defesa nacional, com destaque a necessidade de promover uma “mentalidade de defesa”. Nesse cenário, a comunicação estratégica da Marinha, por meio do conceito “Amazônia Azul”, busca reforçar a importância dos recursos marinhos e a segurança das águas brasileiras. Nos últimos 20 anos desde sua criação, em 2004, o conceito tem servido como um pilar na estratégia de comunicação da instituição, contribuindo para fortalecer a conscientização e o engajamento da sociedade.

Para que o conceito de Amazônia Azul seja efetivamente integrado às políticas internas do Brasil, é necessário identificar elementos que confirmem essa integração. Isso inclui:

- a) Políticas Públicas que contemplem a Amazônia Azul em documentos de alta relevância, como a PND e a Estratégia Nacional de Defesa (END), que enfatizam a necessidade de uma presença robusta da MB na região;
- b) Na área da educação, a conscientização por meio de campanhas sobre a importância da Amazônia Azul, como o Dia da Amazônia Azul, celebrado em 16 de novembro; e
- c) No desenvolvimento de estruturas, a implementação de sistemas de monitoramento e controle como o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) e outros programas estratégicos de segurança nacional essenciais para a soberania nacional, especialmente em um contexto de crescente competição por recursos naturais no mundo.

Nesse contexto, os documentos mais relevantes no âmbito da Defesa destacam que um dos pressupostos fundamentais é a integração da população aos

esforços de defesa nacional com um maior envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos relacionados ao setor. De maneira semelhante, o Plano Estratégico da Marinha (PEM2040) inclui uma Ação Estratégica Naval (AEN) específica voltada para a comunicação com a sociedade, visando melhorar o relacionamento da Marinha com seus públicos de interesse. A Ação AEN-ADM-7 aonde o Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) deve aprimorar a comunicação social da MB com os públicos de interesse. Além disso, um dos Programas Estratégicos do plano, denominado “Mentalidade Marítima”, prevê ações de comunicação estratégica para fortalecer a consciência nacional sobre a importância do mar para a história e o futuro do Brasil.

A hipótese explorada neste estudo é de que essa comunicação tem ajudado a alcançar os objetivos políticos e estratégicos da Marinha, contribuindo cada vez mais para a conscientização sobre a importância dos recursos marinhos e a projeção do poder naval do Brasil, tanto nacional quanto internacionalmente. Para embasar essa hipótese, a pesquisa se fundamentou no apoio teórico sobre o conceito de Comunicação Estratégica, que é um processo complexo de interação entre a organização e seus públicos.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, delineando o objeto de pesquisa, a janela temporal e os propósitos do trabalho. O segundo capítulo aborda a comunicação estratégica. O capítulo está organizado em três seções principais: a primeira discute a comunicação organizacional integral, destacando sua evolução após a Guerra Fria e a importância do planejamento estratégico. A segunda seção apresenta a comunicação estratégica como uma subárea que influencia a missão das organizações. A terceira seção foca na aplicação da comunicação estratégica no contexto militar, ressaltando como essas estratégias apoiam os objetivos nacionais e a segurança do estado.

O terceiro capítulo explora o conceito “Amazônia Azul” aborda a evolução das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e sua importância estratégica. O capítulo é dividido em três seções principais: a primeira analisa o desenvolvimento do conceito de domínio marítimo desde a Independência, destacando a marginalização da maritimidade até a primeira definição do conceito de águas territoriais em 1702. A segunda seção discute as mudanças na extensão do mar territorial (MT), com a ampliação para 12 milhas náuticas (MN) em 1969 e para 200 MN em 1970, na busca pela consolidação da soberania do Brasil sobre suas águas. A terceira seção enfatiza

a relevância da "Amazônia Azul" para a economia, a pesquisa científica e a defesa nacional, destacando a necessidade de exploração sustentável e a importância de alianças regionais para garantir a segurança no Atlântico Sul.

O quarto capítulo, intitulado "Amazônia Azul e a Evolução da Mentalidade Marítima", explora como a comunicação estratégica da MB tem contribuído para reverter a perda da mentalidade marítima no Brasil. O capítulo é dividido em três seções principais: a primeira analisa o engajamento da sociedade, destacando as iniciativas da MB para promover a conscientização sobre a Amazônia Azul e sua importância. A segunda seção aborda o desenvolvimento tecnológico e econômico, enfatizando a exploração de recursos marítimos, como petróleo e energia renovável, e a implementação do Planejamento Espacial Marinho para garantir a exploração sustentável. A terceira seção foca na defesa e soberania, mostrando como a Amazônia Azul é integrada nas políticas de defesa nacional. Por fim, o quinto capítulo destaca as conclusões e considerações finais da pesquisa.

Por tanto, este estudo visa contribuir para a compreensão da comunicação estratégica no âmbito da Marinha, evidenciando seu papel fundamental na construção de uma sociedade mais consciente e engajada nas questões marítimas e de segurança nacional. A relevância e preocupação com o tema, justifica a criação e adesão ao conceito Amazônia Azul.

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar a eficácia da comunicação estratégica da Marinha do Brasil (MB) na integração do conceito "Amazônia Azul", investigando como essa estratégia contribui para o alcance dos objetivos políticos e estratégicos da instituição. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Explorar a evolução e a aplicação da comunicação estratégica no contexto militar; b) Analisar o conceito "Amazônia Azul" e suas implicações estratégicas; c) Examinar a contribuição da comunicação estratégica da MB para a evolução da mentalidade marítima.

A pergunta central de pesquisa que orienta este estudo é: Como a comunicação estratégica da Marinha do Brasil tem contribuído para a integração do conceito "Amazônia Azul" nas políticas e práticas da instituição, e qual o impacto dessa comunicação na conscientização pública e na realização dos objetivos políticos e estratégicos da MB?

2 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Este capítulo tem como objetivo abordar os conceitos teóricos da Comunicação Estratégica, suas peculiaridades e característica. Serão abordados os aspectos da comunicação organizacional integrada, o conceito de comunicação estratégica, e a comunicação estratégica no âmbito militar.

2.1 ASPECTOS DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INTEGRADA

Com o fim da guerra-fria, em 1989, e a nova geopolítica fomentada, sobretudo, pelo fenômeno da globalização e da revolução tecnológica da informação e da comunicação, as organizações tiveram que se moldar frente ao novo cenário mundial em decorrência das mudanças ocorridas de uma forma sem precedentes na história da humanidade.

A comunicação organizacional integrada possui sua importância principal no fato de ela permitir que se estabeleça uma política global, em função de uma coerência maior entre os diversos programas comunicacionais existentes, de todos os setores e de um comportamento organizacional homogêneo, procurando assim, evitar sobreposições de tarefas. Com um sistema integrado, os vários setores comunicacionais de uma organização trabalham de forma conjunta, tendo ante os olhos os objetivos gerais e ao mesmo tempo respeitando os objetivos específicos de cada setor. É uma gestão coordenada e sinérgica dos esforços humanos e organizacionais com vistas na eficácia (Kunsch, 2003).

Para Kunsch (2009), as ações comunicativas devem ser resultantes de um processo de planejamento estratégico. Precisam ser guiadas por uma filosofia e uma política de comunicação organizacional integrada, fundamentadas em pesquisas, levando em consideração as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade.

Kunsch (2016) explica seu olhar sobre a Comunicação Organizacional Integrada na Perspectiva Estratégica, ressaltando a diluição das fronteiras pela tecnologia comunicacional e a complexidade em que se encontram os gestores de comunicação, agora com múltiplos canais midiáticos e de relacionamento, com *big*

*data*¹ e com a demanda de compreender a comunicação como processo social. Essas transformações modificaram completamente o comportamento institucional das organizações, elevando a comunicação a um novo patamar de importância, tornando-a uma área estratégica fundamental, semelhante ao papel da propaganda após a Revolução Industrial.

Kunsch (2016) afirma, que a comunicação organizacional se revela desafiadora:

A comunicação organizacional precisa ser entendida de forma abrangente e complexa. É considerada um processo comunicativo em contínua interação entre a organização e seus diversos interlocutores, que estão inseridos em um sistema global, sujeitos às interferências externas e sofrendo as intempéries da dinâmica da história (Kunsch, 2016, p. 12).

Como descrito, a comunicação organizacional possui perspectiva abrangente e complexa. Nesse sentido, a área da comunicação deixa de ter uma função apenas tática e passa a ser considerada estratégica. Ela precisa levar em conta a questão humana e agregar valor às organizações. Ajudando as organizações a valorizar as pessoas e a cumprir sua missão, atingir seus objetivos globais, contribuir na fixação pública dos seus valores e nas ações para atingir seu ideário no contexto de uma visão de mundo, sob a égide dos princípios éticos (Kunsch, 2016).

A comunicação organizacional integrada representa uma resposta adaptativa às exigências contemporâneas do ambiente corporativo. Ao promover uma gestão coordenada dos esforços comunicacionais, as organizações podem não apenas melhorar sua eficácia operacional, mas também fortalecer suas relações com diversos públicos. Essa abordagem estratégica é essencial para navegar nas complexidades do mundo atual e garantir a sustentabilidade das organizações em um cenário global dinâmico.

2.2 CONCEITO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

¹ A *big data*, termo utilizado para caracterizar a grande massa de dados em forma de bits hoje armazenada em bancos de dados de todo tipo pelo mundo ou pela rede afora, que requer um processamento especial para ser depurado e utilizado, mas que possui alto valor informativo e extremo potencial para a estruturação de ações de comunicação cada vez mais personalizadas (Kunsch, 2016).

A professora e doutora Tereza Ruão em sua obra “A comunicação estratégica e integrada” (Ruão, 2020) apresenta a importância do pensamento estratégico aos gestores, estudiosos e acadêmicos da área, mostrando por quais caminhos as universidades dos Estados Unidos, Europa, Ásia e Austrália passaram para se adaptar no campo de ensino para a Comunicação Estratégica.

A autora estimula a reflexão sobre a influência da comunicação no cumprimento da Missão da organização. Propõe a Comunicação Estratégica como uma subárea da Comunicação Organizacional dedicada à análise da comunicação intencional e instrumental produzida no seio das empresas. Ela afirma que todo *stakeholder*² envolvido com a empresa, de certa forma, comunica de acordo com o arcabouço comunicativo que conhece e reforça ser necessário que a academia promova um debate sobre o atual estado do pensamento estratégico da comunicação, uma vez que, como corrobora Pérez (2008), estará ao mesmo tempo a aconselhar a gestão de topo e a gerir os relacionamentos com *stakeholders*. Esses últimos não como público que exerce poder e controle sobre, mas sim que promove interação, engajamento, *feedback* e prática de comunicação participativa (Ruão, 2020).

Ruão (2020) argumenta que a comunicação estratégica tem o potencial de gerar mudanças e influenciar a opinião pública. A autora explica que essa forma de comunicação pode ser analisada com base em seus efeitos sobre a mudança social, a influência na opinião pública, e o papel na promoção da democracia e da cultura. No contexto da MB, isso se aplica ao conceito “Amazônia Azul”, cujo propósito é aumentar a conscientização sobre a importância dos recursos marítimos. Por meio de campanhas direcionadas e engajamento com a sociedade, a Marinha utiliza a comunicação estratégica para mobilizar a população em torno da defesa e proteção desses espaços.

A Comunicação Estratégica, como parte do universo da temática da comunicação em uma organização, geralmente, possui um enquadramento próximo daquilo a que se chamou de comunicação holística ou integral, ou seja, uma forma de unificar as diferentes ações de comunicação concebidas para ajudar a alcançar as metas estratégicas de uma empresa (Schultz; Tannenbaum; Lauterborn, 1994). Para Carillo (2014), a Comunicação Estratégica não é nova. O papel desempenhado pela

² Stakeholders são todas as pessoas, empresas ou instituições que têm algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, influenciando ou sendo influenciadas – direta ou indiretamente – por ela (Neoway, 2024).

estratégia é uma condição indispensável à comunicação orientada para as metas, sendo ela própria obrigatória no contexto da comunicação das organizações, independentemente do tipo dessas comunicações.

Scheinsohn e Saroka (2000) argumentam que, no final dos anos 80 do século XX, iniciaram inadvertidamente o novo movimento que ficaria posteriormente conhecido como comunicação estratégica. Eles classificam a sua proposta como provocativa para o período:

Numa época em que o marketing estava a conquistar exponencialmente um certo 'vedetismo', defendia-se que as funções da comunicação ultrapassam as fronteiras do marketing, tendo-se, por isso, sugerido que a comunicação fosse implementada como parte da área da gestão de topo (Scheinsohn; Saroka, 2000, p. 72).

Os autores Scheinsohn e Saroka (2000) afirmam que a comunicação empresarial foi, durante muito tempo, considerada sinónimo de publicidade. Esta atitude reducionista foi contestada por autores como Schultz, Tannenbaum e Lauterborn (1994), há 20 anos atrás. Os autores alertaram para a necessidade de integrar as diferentes técnicas modernas de comunicação no trabalho para alcançar as metas da organização. Nesta mesma linha, a comunicação estratégica não se limita ao campo dos produtos e das marcas.

Islas (2005) enfatiza a conexão entre comunicação estratégica e a gestão de recursos intangíveis, afirmando que “o prestígio e a reputação de qualquer marca ou organização dependem, atualmente, menos do esforço publicitário e mais de uma abordagem integrada, que envolve necessariamente a comunicação estratégica” (Islas, 2005, p. 70, tradução nossa³).

Portanto, a publicidade não deve ser confundida com Comunicação Estratégica. Embora a publicidade faça parte desse contexto, ela se insere como um componente que busca alcançar objetivos a longo prazo. Assim, os objetivos parciais alcançados com a estratégia de comunicação publicitária contribuirão para a satisfação dos objetivos globais da Comunicação Estratégica, mas não serão coincidentes com estes, levando a organização a conhecer o peso relativo de cada forma de comunicação empregada e a buscar coerência entre todas as estratégias de

³ No original, em Espanhol: Así, el autor manifiesta la relación existente entre la comunicación estratégica al servicio de la gestión de activos intangibles, diciendo que la reputación de cualquier marca u organización dependen cada vez menos del esfuerzo publicitario y más de la comunicación estratégica y su enfoque integral.

comunicação parciais, com vistas a uma leitura uniforme das ameaças, fraquezas, oportunidades e forças potenciais (Carillo, 2014).

A partir da década de 90, observou-se um crescente interesse pela comunicação estratégica, reforçado pela prática profissional da comunicação nas organizações. Isso ocorreu mais no sentido da integração com a estratégia global da empresa, sob supervisão direta da gestão sênior, do que sob os auspícios de departamentos como o departamento de marketing ou em forma de modos de comunicação parciais, como a publicidade (Mattelart, 2000).

No contexto da estratégia aplicada à comunicação das organizações, é relevante considerar que: a) A comunicação não pode ser estratégica se não for gerida. Gerir a comunicação implica utilizar os recursos disponíveis para atingir determinado fim; b) A “Comunicação Estratégica” não é sinônimo de “estratégia de comunicação”. Embora a comunicação estratégica necessite recorrer a todas as formas de comunicação disponíveis para atingir objetivos estabelecidos pela organização, cada uma dessas formas será delimitada pela sua própria tática e pelos seus próprios planos de ação, constituindo aquilo que, muitas vezes, é denominado como “estratégia de comunicação parcial”, cujo somatório proverá uma sinergia que leve à Comunicação Estratégica; e c) A comunicação estratégica encontra-se necessariamente ligada à organização. O termo “comunicação estratégica” não possui qualquer significado fora do contexto das organizações (Carillo, 2014).

A comunicação estratégica pode ser aplicada ao estudo de práticas dos ambientes organizacionais. Dessa forma, ela contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, promovendo diálogo e desenvolvimento social (Hallahan et al., 2007). Para o autor, o objetivo é comunicar intencionalmente para cumprir a sua missão e alcançar os seus objetivos. Esta influência intencional, como objetivo fundamental da comunicação, é a essência característica e central da comunicação estratégica. As organizações que desejam alterar comportamentos fazem uso da persuasão, o que envolve o uso da comunicação para promover a aceitação de ideias.

Todo empenho e meticulosidade dispendidos pelas organizações no planejamento e na execução das atividades contidas no domínio da comunicação, pelas fontes emissoras de informações, ao se comunicarem com seu universo de públicos, não devem ter a ilusão de que todas as suas mensagens são recebidas com viés positivo ou que são automaticamente respondidas e aceitas da forma como foram intencionadas. Uma vez que a comunicação ocorre primeiro no nível intrapessoal e

subjetivo, os indivíduos possuem seus universos cognitivos e irão receber as mensagens, interpretá-las e dar-lhes significado a seu modo e dentro de um determinado contexto (Kunsch, 2018).

Nesse sentido, é fundamental compreender algumas nuances da noção de influenciar e moldar atitudes e opiniões no âmbito da comunicação estratégica. Influenciar refere-se a causar um efeito na direção do pensamento, enquanto moldar envolve a capacidade de transformar esse pensamento, levando-o a assumir uma forma específica de maneira autônoma. O uso de palavras, ações, imagens ou símbolos para influenciar atitudes e opiniões de um público-alvo e moldar seu comportamento visando avançar em interesses ou políticas, ou alcançar objetivos. Isso inclui criar condições que definam um estado-final desejado (Farwell, 2012).

Para Carrillo e Tato (2005), a comunicação estratégica encontra-se, realmente, mais próxima das políticas de gestão da organização do que da própria comunicação. As suas bases estão no cerne da organização, que, na presente abordagem organizacional, corresponderia à Gestão de Comunicação e Imagem. A comunicação estratégica não pode ser desenvolvida fora da organização, porém nem toda comunicação realizada dentro da organização pode ser designada comunicação estratégica (Carrillo, 2014).

Em suma, a Comunicação Estratégica como conceito ou ciência ainda é incipiente e os desafios para se construir conhecimento sobre este novo “fenômeno social”, como chama Hallahan et al. (2007), são muitos. Mas já se sabe que é um conceito rico e multidimensional e que é evidente que deve ser inserido como elemento que constitui a gestão de uma organização. A comunicação estratégica deve ser vista como uma ferramenta essencial para a gestão contemporânea, pois vai além da simples promoção de produtos ou serviços. Ela envolve uma abordagem holística que considera as diversas formas de comunicação e suas interações dentro do ambiente organizacional. Essa perspectiva permite que as organizações se adaptem às mudanças constantes e às expectativas dos stakeholders, promovendo uma comunicação mais eficaz e engajada. Além disso, tem o potencial de influenciar mudanças sociais significativas, moldando a opinião pública e contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa. Ao promover um diálogo aberto e transparente, as organizações podem não apenas informar, mas também educar e engajar seus públicos em questões relevantes, como a proteção ambiental e a responsabilidade social.

2.3 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA NO ÂMBITO MILITAR

Farwell (2012) descreve que a expressão “Comunicação Estratégica”, usada nas Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) atualmente, se originou no Pentágono⁴, como resultado da busca para definir um termo que todos aqueles que estivessem envolvidos com a atividade de comunicação a entendessem. Em 2002, o Pentágono utiliza a Comunicação Estratégica nos esforços do Governo dos Estados Unidos para engajar públicos-alvo, além de fortalecer ou preservar condições favoráveis ao avanço dos interesses, políticas e objetivos do país. Isso pode ser alcançado por meio do uso de programas, planos, temas, mensagens e produtos sincronizados com as ações de todos os instrumentos do poder nacional.

Dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o *Strategic Communications Centre of Excellence* representa um exemplo de uma instituição de excelência dedicada à pesquisa e desenvolvimento na área de comunicações estratégicas. Ele foi inaugurado em 2014 com a missão de contribuir para os processos de comunicação da OTAN⁵, fornecendo análises abrangentes, conselhos oportunos e apoio prático à Aliança. O centro contribui para melhorar as capacidades de comunicação estratégica dentro da Aliança e das nações aliadas. A comunicação estratégica é parte integral dos esforços para alcançar os objetivos políticos e militares da Aliança, sendo cada vez mais importante que a OTAN se comunique de maneira apropriada, oportuna, precisa e responsiva sobre seus papéis, objetivos e missões em evolução (OTAM, 2024).

No Brasil, a Doutrina de Operações Conjuntas, expedida pelo Ministério da Defesa (MD), ao descrever as interações entre atores civis e militares, utiliza a Comunicação Estratégica como uma abordagem conjunta de governo para comunicar temas e narrativas harmonizadas com a estratégia nacional, podendo inclusive

⁴ Neste trabalho, a palavra “Pentágono”, numa tradução direta de *Pentagon*, faz referência à sede do Departamento de Defesa dos EUA.

⁵ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), frequentemente referida pela sigla em inglês NATO (de *North Atlantic Treaty Organization*) e por vezes também chamada de **Aliança Atlântica**, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949, que constitui um sistema de defesa coletiva através do qual os seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização (OTAM, 2024).

compor um contexto da guerra de informação⁶. A Comunicação Estratégica ocorre por processos interagências pautados pelas necessidades de integração, coordenação e sincronização dos esforços de comunicação, visando a contribuir para a criação, fortalecimento ou preservação de condições favoráveis aos interesses e objetivos nacionais (Exército Brasileiro, 2023).

Neste sentido, as intenções estabelecidas no nível político são as bases da Comunicação Estratégica, sendo um esforço interministerial de Estado. Ela, portanto, unifica as ações da Comunicação Estratégica de Estado e da Diplomacia. Inserido na Comunicação Estratégica Militar estão as ações de Operações de Informação, que por vezes transbordam o nível militar e interagem diretamente com a Comunicação Estratégica de Estado. As Operações de Informação são ações integradas às capacidades relacionadas com a informação, nas dimensões humana, informacional e física, que se realizam dentro de uma operação combinada, conjunta ou singular. Já a Comunicação Estratégica de Estado, por sua vez, é exercida de forma mais ampla e holística, compreendendo outros campos do poder nacional (Exército Brasileiro, 2023).

Nesse contexto militar, a comunicação estratégica visa potencializar resultados estratégicos, utilizando tempo e recursos de forma eficiente. É essencial que seja planejada para cumprir um propósito específico, direcionada a um público ou públicos específicos e projetada para produzir os resultados desejados, que podem ser mudanças na política, nas práticas de uma organização ou no comportamento da sociedade (Exército Brasileiro, 2023).

Para Guerrero-Castro (2013) a contribuição central da comunicação estratégica para a segurança e defesa nacional consiste em apoiar tanto a estratégia de segurança nacional quanto a estratégia de defesa nacional, contribuindo para a manutenção, a proteção e a realização dos interesses e objetivos nacionais do estado-nação. Assim, a comunicação estratégica é vista como uma ferramenta vital para um estado-nação. Uma ferramenta que apoia a estratégia nacional, visa alcançar e proteger os objetivos político-estratégicos e interesses nacionais, e acima de tudo, manter a paz.

⁶ Guerra de Informação: Conjunto de ações destinadas a obter a superioridade das informações, afetando as redes de comunicação de um oponente e as informações que servem de base aos processos decisórios do adversário, ao mesmo tempo em que garante as informações e os processos amigos (Exército Brasileiro, 2018).

No Brasil, a Doutrina de Operações Conjuntas, elaborada pelo Ministério da Defesa, incorpora a Comunicação Estratégica como uma abordagem conjunta para comunicar temas alinhados à estratégia nacional. Este modelo enfatiza a integração e coordenação entre atores civis e militares, buscando fortalecer as condições favoráveis aos interesses nacionais. A Comunicação Estratégica é considerada um esforço interministerial que unifica ações de comunicação estatal e militar, englobando também as Operações de Informação, que podem interagir com a comunicação estratégica de Estado.

A comunicação estratégica deve ser considerada um elemento constitutivo da gestão organizacional. Ao promover um diálogo aberto e transparente, as organizações não apenas informam, mas também educam e engajam seus públicos em questões relevantes, como proteção ambiental e responsabilidade social. Assim, a comunicação estratégica se revela não apenas uma ferramenta operacional, mas um componente vital para o sucesso das organizações no ambiente contemporâneo, portanto, reconhecer a comunicação estratégica como um elemento essencial da gestão contemporânea é crucial para garantir não apenas a eficácia organizacional, mas também a relevância social das instituições. Ao investir na construção de uma comunicação mais eficaz e engajada, as organizações se posicionam de maneira proativa frente aos desafios do futuro, assegurando sua sustentabilidade e impacto positivo na sociedade.

3 AMAZÔNIA AZUL

Após a realização da pesquisa teórica sobre Comunicação Estratégica e sua aplicação nas organizações, este capítulo foca na evolução do MT brasileiro, que culminou com a formulação do conceito de "Amazônia Azul". O objetivo é apresentar os aspectos relevantes da importância da Amazônia Azul e seu entorno estratégico. Embora a comunicação estratégica seja o tema central na teoria abordada anteriormente, neste capítulo, o foco principal é detalhar o conceito de Amazônia Azul, sua evolução histórica e seu impacto estratégico.

A conexão entre esse conceito e a teoria da Comunicação Estratégica será aprofundada no Capítulo 4, em que a aplicação prática da comunicação estratégica pela Marinha do Brasil será analisada em relação à promoção e integração do conceito de Amazônia Azul nas políticas e práticas institucionais.

3.1 ORIGEM DO CONCEITO AMAZÔNIA AZUL

Após a Independência do Brasil, os esforços diplomáticos se concentraram principalmente na negociação para o reconhecimento da independência e na delimitação das fronteiras terrestres do país. No entanto, as políticas governamentais subsequentes, tanto durante os períodos monárquico quanto republicano, tenderam a privilegiar a verificação e demarcação das fronteiras interiores em detrimento da atenção dada à maritimidade brasileira, levando o país a dar menor importância para o mar. Essa orientação política refletiu uma priorização das questões territoriais terrestres em relação à projeção marítima e aos interesses relacionados ao mar (Mattos, 1990; Vidigal et al., 2006).

Durante o período colonial, o foco brasileiro estava nas fronteiras terrestres, mas ao longo dos séculos XVI e XVII, a preocupação com as fronteiras marítimas surgiu devido às invasões estrangeiras. Em 1702, com o surgimento do conceito de Domínio Marítimo, as potências marítimas estabeleceram a distância de três milhas náuticas (MN) como limite das águas territoriais, o que foi adotado por Portugal no Brasil. Esse conceito refletia uma orientação política voltada para a projeção marítima do país, contrastando com a ênfase nas fronteiras terrestres anteriores (Mattos, 1990).

A postura brasileira em relação ao espaço oceânico começou a mudar a partir de 1945, quando o Presidente dos EUA, Henry Truman, unilateralmente estendeu o

mar territorial dos EUA para 200 MN (Cabral, 1980). Em resposta, o governo brasileiro integrou a plataforma submarina ao território nacional em 1950, através do Decreto-lei nº 28.840, mas manteve o limite de 3 MN para o mar territorial. Essa medida refletiu uma tendência global de expandir o controle sobre a plataforma continental, especialmente diante da crescente demanda por exploração de recursos marinhos (Mendes, 2006).

Em 1966, o Brasil ampliou seu mar territorial para 6 MN e estabeleceu uma Zona Contígua de 6 MN, o que proporcionou maior controle sobre atividades adjacentes ao mar territorial e direitos exclusivos de pesca, além de jurisdição para prevenir infrações (Castro apud Mendes, 2006). Em 1969, o Decreto-Lei nº 553 substituiu essa medida, estabelecendo o limite total de 12 MN para o mar territorial, em resposta à descoberta de petróleo na bacia de Campos e à Guerra da Lagosta (Aquino, 2008).

A primeira tentativa significativa de ampliar o mar territorial para 200 MN ocorreu em 1970, com o Decreto-Lei nº 1.098, substituindo o Decreto-Lei nº 553. De acordo com o artigo 1º desse decreto, o mar territorial brasileiro foi ampliado para 200 MN, medidos a partir da linha do baixa-mar do litoral (Brasil, 1970). Mattos (1975) argumenta que essa decisão foi motivada principalmente por razões econômicas, incorporando uma vasta área do Atlântico ao patrimônio nacional.

A adoção do limite de 200 MN representou uma mudança significativa na orientação geopolítica do Brasil em relação às suas fronteiras marítimas, evidenciada pela Exposição de Motivos do decreto-lei. Mendes (2006) relata que os ministros da Marinha e das Relações Exteriores argumentaram que o Brasil precisava modificar sua abordagem, adaptando-se às novas necessidades sociais, políticas e econômicas.

Após negociações iniciadas na década de 1930 sob a Liga das Nações, o Brasil participou da III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982, realizada em Montego Bay. A CNUDM estabeleceu o limite de 12 milhas náuticas (MN) para o mar territorial e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 MN, permitindo aos Estados costeiros explorar e explorar os recursos naturais dessas áreas (Barretto, 2019). A CNUDM entrou em vigor em 1994.

Embora o tratado não tenha atendido aos interesses brasileiros, o Brasil subscreveu a CNUDM no mesmo dia de sua celebração e fez uma declaração para alinhar as leis ao novo regime e garantir a afirmação de direitos de soberania sobre a

plataforma continental além de 200 MN (CNIO, 1998). Em 1988, o Brasil ratificou a CNUDM e, em 1993, sancionou a Lei nº 8.617, que revogou o Decreto-Lei nº 1.098 de 1970 e alinhou os limites marítimos brasileiros aos estabelecidos pela Convenção (Brasil, 1993).

O governo brasileiro criou o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) em 1989, coordenado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O objetivo era definir juridicamente o limite exterior da plataforma continental, permitindo ao Brasil exercer direitos de soberania além das 200 MN (Aquino, 2008). Em 2004, o Brasil apresentou uma proposta para ampliar sua Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) à ONU, incorporando aproximadamente 960 mil km².

A PCJB, na época, abrangia cerca de 4,4 milhões de km², incluindo a ZEE de 3 milhões de km² e os 450 mil km² ao redor do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, além da área pleiteada à ONU. Essa vasta área, equivalente à metade do território terrestre brasileiro, ficou conhecida como "Amazônia Azul" — uma expressão criada pelo ex-Comandante da Marinha, Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, para destacar sua importância estratégica e econômica (Vidigal et al., 2006).

Em 25 de fevereiro de 2004, o então Comandante da Marinha, empregou pela primeira vez a expressão "Amazônia Azul" em um artigo publicado no jornal "Folha de São Paulo" intitulado "A outra Amazônia". Naquele texto, fez uma comparação entre a área, biodiversidade e riquezas da Amazônia Legal com a área marítima sob jurisdição do Brasil, com o objetivo de chamar a atenção dos governantes e da população para essa região tão extensa e rica quanto a "Amazônia Verde", porém pouco conhecida pelos brasileiros:

[...] há uma outra Amazônia, cuja existência é, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros quanto o foi aquela por muitos séculos. Trata-se da 'Amazônia Azul' que, maior do que a verde, é inimaginavelmente rica. Seria, por todas as razões, conveniente que dela cuidássemos antes de lhe perceber as ameaças (Carvalho, 2004, p. 19).

O Brasil, iniciou uma segunda fase do programa com o objetivo de ampliar ainda mais suas AJB⁷. Nessa segunda fase, o Brasil realizou novos levantamentos e

⁷ São consideradas águas sob jurisdição nacional: águas interiores; águas marítimas; as águas abrangidas por uma faixa de doze milhas marítimas de largura reconhecidas oficialmente no Brasil (MT); as águas abrangidas por uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas

estudos técnicos, e reenviou suas propostas de ampliação da PC à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU. Essas propostas foram divididas em três áreas distintas: Região Sul, Margem Equatorial e Margem Oriental/Meridional (Marinha do Brasil, 2021a).

A primeira submissão foi a região sul, que foi apresentada em agosto de 2015 e foi aceita em março de 2019, incorporando a área de uma área de cerca de 170.000 km². Essa aprovação permitiu a incorporação de uma área adicional de aproximadamente 170 mil km² à PCJB. Além disso, em setembro de 2017, o Brasil encaminhou a segunda submissão correspondente a margem equatorial, que abrange a região situada entre a fronteira marítima com a França (Guiana Francesa) e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo e ainda aguarda recomendações da CLPC. E, por fim, em dezembro de 2018, o Brasil apresentou a proposta da Margem Oriental/Meridional, que inclui uma nova área situada a cerca de 650 MN da costa do Rio Grande do Sul, a Elevação do Rio Grande (ERG). Com a incorporação da ERG nessa última proposta, a área total da "Amazônia Azul" passou a ser de aproximadamente 5,7 milhões de km², uma expansão significativa em relação aos 4,4 milhões de km² inicialmente reivindicados pelo Brasil (Marinha do Brasil, 2021a).

Ao chamar as AJB de "Amazônia Azul" com o intuito de destacar que, assim como a Amazônia Verde, a "Amazônia Azul" também é uma região de grande importância estratégica, econômica, ambiental e científica para o país, mas que muitas vezes é esquecida ou pouco conhecida pela população. Ao equiparar essas duas "Amazônias", buscou conscientizar a sociedade e os formuladores de políticas sobre a necessidade de defender e explorar de forma sustentável essa vasta área marítima, da mesma forma como se defende e valoriza a Amazônia Legal.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA AZUL

O Brasil, no século XXI, tem empreendido esforços para expandir sua jurisdição marítima, assegurando às futuras gerações um patrimônio inestimável. Diferentemente dos movimentos de Entradas e Bandeiras que desbravaram o interior do território no passado, as conquistas atuais se processam em âmbito jurídico,

que constituem a ZEE; e as águas sobrejacentes à PC quando esta ultrapassar os limites da ZEE (Ministério da Defesa, 2012).

baseadas em um árduo e detalhado trabalho técnico-científico para obter o reconhecimento internacional (Carvalho, 2024).

A Amazônia Azul, a vasta área marítima sob jurisdição brasileira, pode ser vista como a "última fronteira" do país, seguindo a teoria do Estado como ser orgânico e vivo de Ratzel. Essa imensa região, que se expande além do litoral e incorpora novos elementos, representa a aplicação prática das Leis do Crescimento Espacial propostas por Ratzel (Tosta, 1984).

De acordo com a teoria de Friedrich Ratzel, conforme descrito por Tosta (1984), destino político do Estado é diretamente influenciado pelos fatores de espaço e posição geográfica. Ratzel define o espaço como sendo determinado pela sua forma, relevo e extensão, enquanto a posição condiciona as relações entre o espaço e o local em que o Estado se situa na superfície terrestre. Segundo Ratzel, o Estado é considerado um organismo vivo, podendo crescer, se desenvolver, entrar em declínio e até mesmo perecer, assim como os demais seres vivos.

A Amazônia Azul, que compreende a região marítima sob jurisdição brasileira, possui uma importância inquestionável para o país, que pode ser analisada sob quatro vertentes principais a científica, a ambiental, a econômica e a soberania. A sua vertente científica trata das potencialidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, aos desdobramentos econômicos das aplicações da biodiversidade marinha e à necessidade de preservação de conhecimentos sobre o ambiente marítimo, que podem ser empregados na defesa dos interesses do país (Marinha do Brasil, 2021b).

O Ambiental assume uma posição que suplanta o viés regulatório, pois a continuidade dos espaços oceânicos e a mobilidade das correntes marinhas ampliam a possibilidade de introdução e dispersão de espécies não nativas e a exploração comprometedoras do ambiente marinho. Inclui as capacidades de monitoramento e de combate à poluição, tanto acidental como proposital. Ao mesmo tempo, exerce um papel construtivo de acordos pela relevância que essa temática vem assumindo internacionalmente (Marinha do Brasil, 2021b).

A vertente econômica relacionada ao desenvolvimento nacional, baseada nas riquezas de recursos vivos e não vivos nas AJB e na importância do transporte marítimo para o comércio exterior. A Amazônia Azul é constituída por diversos recursos marinhos como petróleo, gás natural, metais pesados. Pela Amazônia Azul, mais de 95% de nosso comércio exterior trafega e cerca de 95% do petróleo nacional

é extraído. Esses recursos têm um potencial significativo para contribuir com a economia, através da geração de emprego, receita fiscal e desenvolvimento tecnológico projeção econômica para o mar tem relevância histórica na inserção das potências marítimas no concerto das nações (Marinha do Brasil, 2021b).

Por fim, a soberania da Amazônia Azul está vinculada às atribuições da MB, que representa a autoridade do Estado e tutela o uso da força no mar. As ameaças atuais conferem aos espaços marítimos um elevado nível de envolvimento com a segurança nacional. Os oceanos são espaços naturais de poder nas relações internacionais (Marinha do Brasil, 2021b). Embora cada vertente tenha sua importância específica, é importante destacar que elas se interconectam, refletindo a complexidade da Amazônia Azul e suas implicações para o Brasil.

A Amazônia Azul não é apenas a visão esplendorosa de uma imensidão infinita de águas azuis, como a maioria das pessoas costuma pensar quando se põe a contemplar o mar, na orla de uma praia ou da varanda de um apartamento. É um repositório de riquezas e biodiversidade que descortina um futuro próspero e venturoso ao Brasil. Um patrimônio nacional que precisa ser melhor conhecido; correta e sustentavelmente explorado, ambientalmente preservado e protegido contra os interesses alheios (Carvalho, 2004). O Almirante Guimarães Carvalho, ao divulgar o conceito de Amazônia Azul, chamou a atenção para a necessidade de sua defesa e proteção:

Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção. Tratando-se de recursos naturais, a questão adquire conotações de soberania nacional, envolvendo políticas adequadas, que não se limitam a, mas incluem, necessariamente, a defesa daqueles recursos (Carvalho, 2004, p. 12).

Portanto, a Amazônia Azul, com seus 5,7 milhões de km², representa um patrimônio inestimável para o Brasil, abrigando riquezas naturais, recursos estratégicos e sendo fundamental para a soberania, desenvolvimento científico, preservação ambiental e crescimento econômico do país.

3.3 ENTORNO ESTRATÉGICO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece claramente que o Brasil deve buscar a "integração econômica, política, social e cultural dos povos da América

Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (Brasil, 1988). Esse princípio constitucional orienta a delimitação do entorno estratégico nacional do Brasil, que deve considerar a América Latina como uma prioridade em sua política externa.

A visão de Castro (1996) sobre as características geográficas do Brasil em relação ao mar é essencial para entender a posição estratégica do país. Ela destaca que o Brasil se encontra na zona de estrangulamento do Atlântico, o que lhe confere uma costa propícia para abrigar bons portos. Além disso, a autora ressalta o papel dos trampolins insulares, como Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, que exercem influência significativa nas rotas marítimas e na defesa da costa brasileira. Esses trampolins também foram críticos durante a Guerra das Malvinas, demonstrando a importância da geografia marítima para a segurança nacional.

As ilhas Fernando de Noronha, Trindade e Malvinas desempenham um papel estratégico importante na defesa da costa sul-americana, atuando como "sentinelas avançadas" que protegem essa região e garantem o tráfego de cabotagem e as rotas oceânicas. Além disso, essas ilhas também servem como trampolins para operações no Atlântico Sul.

Castro (1996) abordou diversos aspectos estratégicos relacionados ao Brasil e sua posição geográfica no Atlântico. Ela destacou o "destino manifesto atlântico do Brasil", argumentando que o país precisa ampliar sua influência nesse oceano como base para sua expansão econômica e liberdade de tráfego marítimo. No entanto, ela também assinalou a dificuldade de se construir um complexo regional de defesa na América do Sul, devido às diferenças de interesses econômicos entre os países da região.

Apesar desse obstáculo, ela enfatizou a importância de uma aliança regional, bem como as ameaças ao litoral brasileiro, citando as palavras de Luiz Paulo Marcelo Carvalho (1984):

A maritimidade outorgada pelo extenso litoral com frentes voltadas para a parte setentrional e meridional do Atlântico, acentuada pelo valor geoestratégico do saliente do Nordeste, das Ilhas Oceânicas e da relativa infraestrutura e concentração demográficas na faixa costeira, tornam o Brasil vulnerável a agressões aeronavais partidas do mar e colocam-no em posição-chave para a defesa conjunta do continente americano. [...] Interessa, por conseguinte ao Brasil, o estabelecimento de aliança para dar segurança ao Atlântico Sul, sem compromissos prematuros, uma vez que se afigura impossível a qualquer nação isolada arcar sozinha com a integral

responsabilidade de proteger o tráfego marítimo ao sul do Trópico de Câncer. (Carvalho, 1984 *apud* Castro, 1996, p. 35).

Segundo Meira Mattos (1975), seus estudos partiram de uma análise detalhada dos fatores geográficos, destacando a dimensão da costa brasileira e sua projeção que estreita o Atlântico. O autor realçou a grande dependência nacional do mar, denominando-o como a "principal artéria econômica" do Brasil. Ele identificou diversas ameaças, como a possibilidade de a costa africana cair sob influência adversa ou a ocorrência de um bloqueio do Atlântico Sul, o que poderia isolar e asfixiar a economia brasileira. A defesa do Atlântico Sul, segundo ele, depende de um sistema de alianças regionais e de uma estratégia marítima abrangente.

O conceito de Amazônia Azul, introduzido pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, também é fundamental. Ele alerta que "toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção", destacando a importância estratégica das águas jurisdicionais brasileiras e os desafios de sua proteção (Carvalho, 2004, p. 17). Esse movimento busca retomar a mentalidade marítima histórica do Brasil e fortalecer sua destinação atlântica, reafirmando a soberania nacional sobre essas águas jurisdicionais. Trata-se de um esforço abrangente para explorar de forma sustentável os recursos e garantir a segurança dessa região estratégica para o país. Nesse sentido, o conceito de Amazônia Azul veio enfeixar uma série de iniciativas de naturezas diversas: ações no campo do desenvolvimento científico-tecnológico e de proteção do ambiente marinho, para ampliar a capacidade de exploração sustentável dos recursos disponíveis; a exploração do gás e do petróleo; e ações de vigilância, proteção e manutenção da boa ordem no mar. Coube, ainda, assinalar que a importância e dependência do comércio marítimo que transita pelas AJB, aliadas ao potencial das reservas minerais e energéticas, com a decorrente cobiça que despertam, ensejam a importância da vertente soberania do conceito em questão (Vidigal et al., 2006).

Atualmente, o mar apresenta dificuldades e responsabilidades crescentes quanto à sua correta utilização. Isso motiva um aumento da vontade do brasileiro em aceitá-las e superá-las. Essas iniciativas englobam ações no campo do desenvolvimento científico-tecnológico, proteção do ambiente marinho, exploração de petróleo e gás, e ações de vigilância e proteção do mar. A importância do comércio marítimo e o potencial das reservas minerais e energéticas despertam cobiça internacional, enfatizando a importância da soberania sobre as AJB.

4 AMAZÔNIA AZUL E A EVOLUÇÃO DA MENTALIDADE MARITIMA

Este capítulo apresenta os aspectos relevantes da evolução da mentalidade marítima brasileira fruto da comunicação estratégica gerada a partir da ideia-força “Amazônia Azul” que é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB, com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na CNUDM.

4.1 ENGAJAMENTO COM A SOCIEDADE

A história enfatiza a influência de pensadores navais de relevo como Alfred Taher Mahan que ficou famoso pela teoria geopolítica sobre a importância dos mares na execução da política nacional, a partir da obra "Influência do Poder Naval na História", de 1890. A ideia central de sua teoria era a necessidade de controlar a grande planície marítima por meio do poderio naval e, ao mesmo tempo, manter uma grande marinha mercante de forma a garantir a exploração das riquezas do mundo. Assim, colocou as forças navais como instrumento político dos Estados, a serviço do interesse nacional com o propósito de proteger sua capacidade de usar o mar, neutralizando as forças navais que pudessem interferir ou ameaçar o seu comércio marítimo (Mahan, 1978).

Outro exemplo relevante é o teórico realista Raymond Aron, que estudou as relações de poder e o oceano como um constructo teórico. Aron enfatiza o oceano como um espaço de projeção de poder dos Estados e, portanto, com importantes reflexos nas relações internacionais (França *apud* Amazônia [...], 2006).

Durante o século XX, o Brasil experimentou uma diminuição na mentalidade marítima, em parte devido a necessidade de desenvolver e ocupar o interior do país. A prioridade foi dada a consolidação das fronteiras terrestres, o que contribuiu para essa perda de foco no ambiente marítimo. Além disso, os impactos das duas Grandes Guerras e das crises do petróleo na década de 1970 afetaram negativamente o comércio marítimo e a indústria da construção naval, enfraquecendo ainda mais o interesse e a importância atribuídos ao setor marítimo.

Por essa razão, a Marinha tem se empenhado em dialogar com a sociedade, utilizando a comunicação estratégica para fortalecer a imagem da Amazônia Azul e

promover a participação pública em sua preservação e exploração sustentável.

Nesse contexto moderno, a MB tem buscado se aproximar, cada dia mais, da sociedade brasileira, por meio de campanhas interativas, como as que ocorrem em 11 de junho, com o Dia da Marinha, e em 13 de dezembro, com o Dia do Marinheiro. Essas iniciativas, segundo Carvalho (2024), professor do Mestrado em Comunicações Estratégicas do Departamento de Estudos de Guerra do King's College (Reino Unido), destaca a importância de que as Forças Armadas, especialmente a Marinha, mantenham um canal de comunicação efetivo com a sociedade brasileira. Ele enfatiza que a Marinha não deve se limitar a um público-alvo específico, mas sim interagir com diversos indivíduos e entidades que também são produtores de conhecimento e comunicação.

Carvalho (2024) também acrescenta que, nos últimos anos, a Força tem adotado um modelo de diálogo mais moderno e necessário, que vai além de simplesmente transmitir mensagens. Ele destaca que a Marinha não se limita a emitir mensagens ou tentar convencer as pessoas, mas se engaja ativamente em um processo de interlocução, permitindo que haja um fluxo bidirecional de comunicação.

O desenvolvimento dessa consciência será um processo extenso e gradual. Ao longo da história, desde o período colonial português até os movimentos de independência e a formação do Estado Brasileiro, o Brasil sempre teve uma conexão profunda com o mar. É importante nutrir continuamente essa consciência e reconhecer a relevância do mar nesse contexto. A MB tem promovido o conceito da Amazônia Azul, destacando tanto o potencial futuro do mar quanto sua importância atual. Esse diálogo é fundamental para a estratégia: é necessário refletir sobre o passado, considerar a trajetória histórica até agora e ter uma visão clara de como desejamos avançar. Cultivar essa consciência é essencial para o futuro (Carvalho, 2024).

No dia 09 de junho de 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou, durante evento no Rio de Janeiro, a 9ª edição do Atlas Geográfico Escolar. O objetivo foi ampliar a percepção de estudantes e do público em geral sobre o território nacional, a nova edição da publicação passa a incluir os limites da “Amazônia Azul”, extensa área marítima sob jurisdição do País, que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da PC brasileira (Paes, 2024).

O planejamento para a divulgação do conceito da “Amazônia Azul” e de sua representação foi iniciado, por iniciativa da MB, em 2019, tendo em vista que a

importância do mar e dos rios exige a absorção de conhecimentos e percepções que, normalmente, deixam de estar ao alcance de significativa parcela da população. Desde então, foram realizadas diversas reuniões entre representantes da Marinha, do Ministério da Educação e do IBGE para a inclusão da “Amazônia Azul” em livros didáticos, atlas e outras publicações quando de suas atualizações, com foco nas novas gerações de brasileiros. A inclusão conceitual também foi realizada no Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2023, para o Ensino Médio, destinado aos alunos e aos professores das escolas públicas de educação básica. A expectativa é de que o material usado em outros níveis de ensino seja atualizado até 2027 (Paes, 2024).

Para o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira, que participou do evento

[...] a representação da 'Amazônia Azul' no Atlas Escolar será fundamental para que todas as crianças, em seus primeiros contatos com os livros escolares, tenham a exata dimensão do que ela representa; qual o seu potencial, seu patrimônio e sua importância econômica; além da importância de se conservar este espaço, com cerca de 5,7 milhões de km², rico em biodiversidade. Da 'Amazônia Azul', exploramos 95% do nosso petróleo no mar. Além disso, temos outras atividades importantes, como a pesca e o turismo. Conhecer essa área e ter o senso de pertencimento, saber que cada brasileiro tem posse daquele território, é fundamental para a Marinha e para o Brasil”, conclui o Contra-Almirante Jaques (Paes, 2024).

Outra matéria que merece relevância foi a adoção pela rede de televisão CNN Brasil do novo mapa do Brasil com o desenho da Amazônia azul que passou ser exibido, a partir de 24 de junho de 2024, passa a adotar a extensão da Amazônia Azul nas artes em seus telejornais e no digital. Assim, ao destacar as iniciativas acima citadas, observamos que elas se adequam ao que Ruão (2018) sobre a comunicação estratégica: seu potencial para gerar mudanças e influenciar a opinião pública.

A questão ambiental, incluindo a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, inspira cada vez mais atenção do Estado e demanda contínua fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. A Lei Complementar no 97, de 09 de junho de 1999, atribuiu à MB a responsabilidade de implementar e fiscalizar o cumprimento das leis e dos regulamentos relativos ao uso do mar e, em decorrência dessa atribuição, adotar medidas para assegurar a prevenção da poluição hídrica por navios, embarcações e plataformas (Brasil, 1999).

Em 1992, considerando o protagonismo dos oceanos, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Rio 92, foi estabelecido “O Dia Mundial dos Oceanos”, comemorado em 8 de junho. A data visa, principalmente, a conscientização sobre a importância dos oceanos e o impacto que exercem sobre o Planeta. O “Dia Nacional da Amazônia Azul”, instituído pela Lei nº 13.187, de 11 de novembro de 2015 (Brasil, 2015), mesmo dia que entrou em vigor a CNUDM, é uma homenagem da nação brasileira ao mar que nos pertence: a “Amazônia Azul”. A MB, por meio de estudos geopolíticos voltados para o mar, a “Oceanopolítica”, tem por objetivo conscientizar os brasileiros sobre a importância do nosso território marítimo (Marinha do Brasil, 2024).

A comunicação estratégica tem se mostrado vital para a retomada da evolução da mentalidade marítima brasileira, aumentar a conscientização pública sobre a importância da Amazônia Azul, destacando todas as suas potencialidades.

4.2 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ECONÔMICO

A comunicação eficaz tem facilitado a divulgação de avanços tecnológicos e econômicos, como a exploração de petróleo e a produção de energia renovável, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Azul. O desenvolvimento tecnológico, ocorrido a partir do final do século passado, propiciou um crescimento no interesse e nas expectativas dos Estados quanto ao uso econômico dos oceanos, destacando-se a possibilidade de exploração de petróleo em águas cada vez mais profundas, de nódulos polimetálicos localizados no solo marinho, e de desenvolvimento da aquicultura, permitindo a produção em larga escala de proteína animal, dentre outras atividades (CNIO, 1998).

Atenta às mudanças no cenário marítimo internacional, produzidas pela CNUDM, e tendo a mesma percepção que os autores anteriormente citados, a MB imediatamente identificou os desafios impostos pela extensão atlântica que lhe era facultada pelo Tratado: incorporar o mar que nos pertence ao nosso território e promover o uso sustentado de seus recursos naturais. Como resposta a esses desafios, a MB criou o conceito de Amazônia Azul, para denominar as AJB e as riquezas que ela comporta, na tentativa de tentar alertar a sociedade e os formuladores de políticas da importância, não só estratégica, mas também econômica, do imenso mar que nos cerca (Vidigal et al., 2006).

A imediata aceitação dessa expressão-código demonstra a vontade brasileira em conhecer e desenvolver as aptidões necessárias ao pleno exercício dos nossos direitos sobre a ZEE e a PC que nos cabem pelos tratados internacionais vigentes, de modo a transformá-las em espaço efetivo de crescimento econômico, político e militar do país (Vidigal et al., 2006). “O momento histórico impõe-nos a tarefa de usar, com critério e consciência, em benefício do povo e de sua prosperidade, as riquezas do nosso mar, e o movimento Amazônia Azul é o caminho da mobilização intelectual, política e social apropriada” (Vidigal et al., 2006, p. 31).

Exploração de petróleo, produção de energia renovável, fazendas marinhas em tanques e tantas outras atividades consolidadas e tipicamente desenvolvidas em terra estão se expandindo para outro ambiente: o mar. Esse movimento global rumo ao mar e o conseqüente crescimento da demanda requerem a necessidade de ordená-lo. É nesse contexto que o Brasil assumiu o compromisso voluntário de implantar o Planejamento Espacial Marinho até 2030, durante a Conferência da ONU para os Oceanos em 2017 (Oliveira; Ohana, 2024).

O Planejamento Espacial Marinho é um instrumento público, multissetorial, de cunho operacional e jurídico, indispensável para garantir a governança, a exploração sustentável dos recursos, a conservação ambiental e a soberania na Amazônia Azul. Entender esse instrumento de ordenamento territorial do mar brasileiro, considerando aspectos ecológicos e socioeconômicos, é de vital importância para a sociedade. Por isso, o Centro de Excelência para o Mar Brasileiro (Cembra) promoveu, em 17 de junho, um evento para debater a situação atual e os próximos passos do Planejamento Espacial Marinho. Na ocasião, o SECIRM, Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira, abordou questões, como governança e a soberania da Amazônia Azul; o uso compartilhado, eficiente, harmônico e sustentável de suas riquezas; além da geração de divisas e empregos para o País (Oliveira; Ohana, 2024).

Em síntese, o conceito da Amazônia Azul, aliado ao compromisso com o Planejamento Espacial Marinho, mostra a consciência crescente sobre a importância estratégica, ambiental e econômica do mar para o Brasil. A implementação desse planejamento, que busca equilibrar o uso dos recursos marinhos com a preservação ecológica, é uma resposta aos desafios atuais, garantindo além da exploração responsável das riquezas oceânicas, o bem-estar das gerações futuras.

4.3 DEFESA E SOBERANIA

A MB utiliza a comunicação estratégica para reforçar a importância da Amazônia Azul na defesa nacional, integrando-a em documentos como a PND e a END. Partindo da análise da missão da MB, descrita abaixo:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir com a defesa da pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa (Marinha do Brasil, 2023, p. 2-4).

Tem como farol contribuir para que a MB cumpra sua Missão e alcance sua Visão de Futuro:

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade (Marinha do Brasil, 2020, p. 51).

Poder-se-ia, ainda, observar que o surgimento da PDN e da END muito contribuiu para a consecução e estabelecimento de políticas e estratégias voltadas para a Amazônia Azul. Mais especificamente, no que se refere ao Poder Naval, a END preconiza as chamadas Hipóteses de Emprego das forças navais, as áreas críticas para a defesa, priorizando a tarefa de negação do uso do mar, e assinalando a importância de uma Segunda Esquadra e de uma Força de Fuzileiros para essa Esquadra (Roth, [s. d.]).

Sem dúvida, o fato de a END de 2012 (Ministério da Defesa, 2012) aludir ao uso do Poder Naval e reconhecer a importância da Amazônia Azul, tem seu valor, na medida em que insere em um documento condicionante de alto nível, um tema constantemente relegado a segundo plano, até a emergência do conceito de "Amazônia Azul":

O conceito de Amazônia Azul é, portanto, um código nacional, um movimento atual de retorno efetivo ao inexorável destino marítimo brasileiro. Temos a robustez necessária para absorver os vieses da história, sem perder o rumo certo no mar, e precisamos dinamizar a mobilização política nacional para os seus objetivos (Amazônia [...], 2006, p. 30).

Com efeito, o trecho acima referido pareceu vislumbrar que o conceito de Amazônia Azul seria definitivamente assimilado pelo estamento político. Entretanto, o conceito não apareceu na primeira END de 2008, que apenas cita as AJB, conforme se lê na terceira diretriz daquele documento. Não é inválido afirmar que, embora o conceito de Amazônia Azul, de alcance político estratégico, seja relevante e necessário, seu esquecimento, quando da elaboração da END, revela uma lacuna indesejável à Marinha, sem dúvida a maior interessada na divulgação da expressão conceitual. Em 2012 é lançado o Livro Branco de Defesa Nacional, importante marco de divulgação e transparência dos assuntos ligados à Defesa do País. No documento, felizmente, já aparece a caracterização da Amazônia Azul:

No mar, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,54 milhões de KM². A área em questão, somada aos cerca de 960 mil KM² de plataforma continental (PC), situados além das 200 milhas náuticas e reivindicados juntos à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU), perfaz um total aproximado de 4,5 Milhões de KM². Essa extensa área oceânica delimita o que se denomina 'Amazônia Azul', que é adjacente ao continente e corresponde a aproximadamente 52% da área continental brasileira (Ministério da Defesa, 2020, p. 46).

Corrigida a falha da ausência do conceito de Amazônia Azul com uma precisa definição nos termos contidos no Livro Branco de Defesa, pode-se retornar ao debate sobre a necessidade de uma Estratégia Marítima nos moldes pretendidos pelo Almirante de Esquadra Arlindo Vianna Filho. Tal estratégia justifica-se:

No mais alto nível governamental, a Estratégia Marítima relaciona-se, mais nitidamente com as Estratégias Econômicas e Militares, configurando uma situação de interdependência. O relacionamento com as Estratégias Políticas e psicossocial inclui, mais intimamente, uma dependência de fatores subjetivos, como atuação das elites e consciência nacional marítima, isto é, percepção do valor do uso dos mares para a Nação (Vianna Filho, 1995, p. 127).

Outro aspecto de relevo que aflorou neste processo foi a importância da vertente soberania da Amazônia Azul, alertando-se para o fato de toda riqueza gerar cobiça e, via de consequência, criar demandas estratégicas para a sua defesa. Portanto, cumpre destacar as vulnerabilidades estratégicas do Brasil no mar: concentração de meios de exploração de petróleo no mar; concentração de grandes cidades, indústrias e usinas de energia próximas ao litoral; comércio exterior

dependente de extensas LCM; e existência de ilhas oceânicas sem sistema de defesa próprio (Moura Neto, 2010).

No ano de 2020 a MB publica o Plano Estratégico da Marinha (PEM2040), levando em consideração pontos fortes e fracos da organização. Este documento é dinâmico, estruturado a partir da análise do ambiente operacional e da identificação de ameaças, que estabelece os programas estratégicos com o propósito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do País (Marinha do Brasil, 2020).

Tal sistemática está alinhada às melhores práticas de governança e gestão de recursos públicos, contribuindo com a eficiência do investimento estatal e o desenvolvimento da área de Defesa. Nesse sentido, sete programas estratégicos foram concebidos. Destaca-se abaixo os programas diretamente relacionados a Amazônia Azul. De acordo com Guerrero-Castro (2013), a contribuição central da comunicação estratégica para a segurança e defesa nacional reside no seu papel de apoio tanto à estratégia de segurança nacional quanto à estratégia de defesa nacional.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) é de grande relevância estratégica para o Poder Naval, por considerar que seus dois projetos principais – Ciclo do Combustível Nuclear e Planta Nuclear Embarcada – são fundamentais para o projeto e construção do submarino convencionalmente armado com propulsão nuclear, meio que conferirá nova dimensão à Defesa Nacional. Adicionalmente, representa um efeito multiplicador do esforço tecnológico da MB, concretizado pela grande variedade de materiais, componentes e equipamentos que passarão a ser projetados e fabricados no País. O conhecimento alcançado com o domínio do ciclo do combustível também tem caráter dual em prol dos setores energético, saúde e agroindustrial, entre outros (Marinha do Brasil, 2020).

O Programa de Modernização do Poder Naval é de caráter estratégico e inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, como o Programa de Submarinos (PROSUB), o Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) e os subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do Corpo de Fuzileiros Navais, como o PROADSUMUS, visando a aumentar a capacidade operacional da MB para o atendimento de sua missão constitucional. Sob o ponto de vista econômico, uma das características deste Programa é o seu potencial para alavancar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos correlatos,

favorecendo o estabelecimento de "clusters marítimos", com geração de empregos qualificados, diretos e indiretos. Com o programa a MB colabora para a proteção dos 5,7 milhões de km² que compõem as AJB, investindo na modernização e qualificação do Poder Naval, ratificado com a recente incorporação do navio Capitânia da esquadra, o Navio-Aeródromo Multipropósito "Atlântico" (Marinha do Brasil, 2020).

A Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) tem como propósito a manutenção ou modernização de instalações e meios existentes, incluindo a manutenção de dotações de sobressalentes, armas e munições. Além disso, o Programa está alinhado com o Objetivo Nacional de Defesa constante da PND para a promoção da autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa, que prevê a incorporação de tecnologias com conteúdo nacional de uso dual, com perspectivas relevantes de geração e sustentação de empregos diretos e indiretos (Marinha do Brasil, 2020).

Outro programa de extrema relevância é o SisGAAz que tem por objetivo monitorar e proteger, continuamente, as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional. O monitoramento da área de cobertura do SisGAAz disponibilizará um conjunto de informações que servirão de insumos para a tomada de decisões e, quando aplicável, o estabelecimento de medidas de reação a uma ameaça ou a uma emergência identificada. O sistema ajudará no combate a "novas ameaças", de grande preocupação da comunidade internacional, que engloba o terrorismo, o narcotráfico, o tráfico ilícito de armas, o contrabando e descaminho e ao tráfico de pessoas e a antiga pirataria (Marinha do Brasil, 2020).

Em atendimento à END, foi apontada a necessidade de estabelecer, nas proximidades da foz do rio Amazonas, um complexo naval de uso múltiplo. A Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos, amplia a capacidade de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, com ênfase nas operações e ações de guerra naval no Atlântico Sul, com prioridade para o litoral norte e nordeste, inclusive garantindo a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas. Tal esforço resulta no aumento da capacidade de defesa e de segurança da Amazônia Azul, e fortalece a dissuasão estratégica.

Além disso, representa uma ampliação da presença da Marinha na região e a consequente ampliação da mentalidade marítima nacional, bem como contribui para o fomento da Base Industrial de Defesa e para a geração de empregos, com destaque para as iniciativas na construção civil, dentre outras (Marinha do Brasil, 2020).

E por último o programa estratégico “Mentalidade Marítima” que atua na conscientização da sociedade em três níveis de inserção. O programa prevê ações de comunicação estratégica que avivem a consciência coletiva nacional para o fato de que o Brasil começou pelo mar e com ele deve buscar sua realização plena. Em seguida, uma forte atuação no nível dos atores governamentais com o intuito de promover um pensamento estratégico marítimo autóctone, fomentador de políticas públicas assertivas relacionadas ao mar. Em terceiro nível, enfoca o principal elemento e núcleo maduro do Poder Marítimo, os homens e mulheres do mar, que têm suas vidas a ele diretamente relacionadas. Estimula o sentimento de pertencimento desses atores à comunidade marítima brasileira e sua interação sinérgica em prol dos interesses nacionais (Marinha do Brasil, 2020).

Nesse sentido, cabe destacar a Visão de Futuro da MB como Autoridade Marítima, sendo uma instituição pronta, crível e de grande disponibilidade e capilaridade, a qual coopere de forma sinérgica a nível nacional e internacional, com os demais atores do ambiente marítimo e fluvial. Suas ações promoverão o incremento da mentalidade marítima na Sociedade, contribuindo de forma significativa para impulsionar o nosso Poder Marítimo e empregando, como um dos seus principais instrumentos, o Ensino Profissional Marítimo (EPM). No tocante à segurança da navegação, o programa congrega ações concretas desenvolvidas pela MB em cumprimento às atribuições subsidiárias de competência da Autoridade Marítima (Marinha do Brasil, 2020).

O desenvolvimento do comércio e das atividades marítimas no Brasil, na última década, intensificou as atividades nas AJB, impulsionando um aumento de tarefas realizadas pelas organizações militares com atribuições no Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário. À MB estão atribuídas as tarefas de Autoridade Marítima, a quem cabe, dentre outras, normatizar e fiscalizar as leis nacionais e as convenções e resoluções internacionais, ratificadas pelo Estado Brasileiro, aplicáveis às AJB. Por essa razão, é imprescindível formular este programa em razão da importância que as hidrovias marítimas e interiores, os portos, os navios, a geração de energia alternativa, a pesca, o turismo, a recreação náutica, a pesquisa, exploração e aproveitamento do

petróleo, gás natural e outros recursos minerais e a indústria naval representam para a Nação (Marinha do Brasil, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa a comunicação estratégica da MB em relação à Amazônia Azul, ao longo dos últimos vinte anos, que tem gerado resultados significativos nas áreas política, social e de defesa nacional. O conceito de Amazônia Azul foi introduzido em 2004 e representa uma abordagem abrangente para a gestão e proteção da vasta área marítima sob jurisdição brasileira.

A Amazônia Azul foi integrada em documentos estratégicos como a PND e a END, destacando sua importância para a soberania e segurança nacional. A Marinha tem promovido a conscientização sobre a relevância dessa área, o que tem incentivado a formulação de políticas que visam proteger os recursos marinhos e garantir a presença do Estado em suas águas jurisdicionais.

Mais do que um espaço geográfico, a Amazônia Azul deve ser encarada não apenas como uma área geográfica, mas como um conceito político-estratégico que ressalta a relevância do Poder Marítimo para o Brasil. O entorno estratégico no Atlântico Sul, é abordado em documentos de alta relevância, como a PND, END e o PEM 2040. A Amazônia Azul é um patrimônio nacional, repleta de riquezas e alvo de interesses diversos, que precisa ser protegida, preservada e explorada de maneira sustentável. A MB tem realizado campanhas de conscientização, que visam educar a população sobre a importância da proteção e exploração sustentável dessa área. Através de iniciativas de Oceanopolítica, a Marinha busca engajar a sociedade civil em discussões sobre a preservação dos recursos marinhos, promovendo um entendimento mais profundo da relação entre os cidadãos e o oceano.

A presença robusta da Marinha na Amazônia Azul é fundamental para a segurança nacional, sendo necessária para enfrentar ameaças como a pesca ilegal e a exploração não autorizada de recursos. Além disso, a Marinha tem reforçado sua capacidade de dissuasão estratégica, aumentando a segurança nas águas brasileiras e protegendo os interesses nacionais.

O dinamismo e a evolução de cenários oceanopolíticos e interesses de toda a ordem, demandam, cada vez mais, o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle, capazes de enfrentar as ameaças, presentes e futuras. Nesse contexto, o Estado brasileiro deve contar com um Poder Naval que possua as capacidades necessárias para a defesa de sua vasta área marítima. Um componente essencial desse Poder é o submarino de propulsão nuclear, cuja posse proporcionará um novo

e significativo paradigma estratégico para o país, especialmente na proteção da Amazônia Azul.

Em síntese, a comunicação estratégica da MB em relação à Amazônia Azul tem alcançado resultados importantes na inserção desse tema nos meios acadêmico e civil, além do militar, construindo uma pauta de discussão sólida capaz de promover as ideias a fim de lograr êxito no objetivo de promover a proteção dos recursos marinhos, engajando a sociedade e fortalecendo a defesa nacional, o que é vital para o desenvolvimento sustentável e a soberania do país.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA azul: o mar que nos pertence. São Paulo: Record, 2006.

AQUINO, E. T. **A dimensão do Atlântico Sul na política externa e na defesa do Brasil, dos anos 70 ao limiar do século XXI**. 2008. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARRETTO, R. Z. **Estudos marítimos: visões e abordagens**. São Paulo: Editora Humanitas, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 28.840, de 8 de novembro de 1950**. Declara integrada ao território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente a esse território, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28840-8-novembro-1950-329258-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970**. Altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1098-25-marco-1970-375405-norma-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 44, de 18 de novembro de 1966**. Altera os limites do mar territorial do Brasil, estabelece uma zona contígua e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-44-18-novembro-1966-378095-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 553, de 25 de abril de 1969**. Altera os limites do Mar Territorial do Brasil e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-553-25-abril-1969-376473-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.187, de 11 de novembro de 2015**. Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13187.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8617.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

CABRAL, M. **As novas fronteiras do mar**. Brasília, DF: Senado Federal, 1980.

CARILLO, M. V. Comunicação estratégica no ambiente comunicativo das organizações atuais. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 26, p. 71-80, 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.26\(2014\).2025](https://doi.org/10.17231/comsoc.26(2014).2025). Acesso em: 3 jul. 2024.

CARRILLO, M. V.; TATO, J. L. El diseño de la “Comunicación Espiral” al servicio de las organizaciones del siglo XXI. **Global Media Journal in Spanish**, Monterrey, v. 2, n. 4, p. 1-34, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/687/68720403.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024

CARVALHO, R. G. Amazônia azul. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n. 338, p. 8-9, 2006.

CARVALHO, R. G. Amazônia azul: uma outra Amazônia, ignorada por boa parte dos brasileiros. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n. 329, p. 12-13, 2004.

CARVALHO, V. M. [Entrevista]. In: STILBEN, P. T. “Marinha tem acertado no diálogo com a sociedade”, afirma pesquisador. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 19 jan. 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/especial/marinha-tem-acertado-no-dialogo-com-sociedade-afirma-pesquisador>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CASTRO, T. **Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia**: Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1996.

COMISSÃO NACIONAL INDEPENDENTE SOBRE OS OCEANOS (CNIO). **O Brasil e o mar no século XXI**: relatório aos tomadores de decisão do país. Rio de Janeiro: CNIO, 1998.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **EB20-MF-03.109**: glossário de termos e expressões militares. 5. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **EB60-CE-11.001**: caderno de ensino comunicação estratégica do Exército Brasileiro. Brasília, DF: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023.

FARWELL, J. P. **Persuasion and power**: The art of strategic communication. Washington, DC: Georgetown University Press, 2012.

GUERRERO-CASTRO, C. E. Strategic communication for security & National Defense: Proposal for an interdisciplinary approach. **Connections The Quarterly Journal**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 27-52, 2013.

HALLAHAN, K. et al. Defining strategic communication. **International Journal of Strategic Communication**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-35, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15531180701285244>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ISLAS, O. De las relaciones públicas a la comunicación estratégica. **Revista Latinoamericana de Comunicación CHASQUI**, Quito, n. 89, p. 40-47, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/160/16008911.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus Editorial, 2016.

KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

KUNSCH, M. M. K. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 33, p. 13-24, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_33_1. Acesso em: 31 jul. 2024.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. Williamstown: Corner House Publishers, 1978.

MARINHA DO BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Amazônia Azul**. Brasília, DF, [2021b]. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/cgcfm/amazonia_azul. Acesso em: 3 jul. 2024.

MARINHA DO BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira**. Brasília, DF, [2021a]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac>. Acesso em: 20 maio 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Fundamentos doutrinários da Marinha**: EMA-301. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2023.

MARINHA DO BRASIL. **Plano Estratégico da Marinha**: PEM 2040. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2020a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MATTELART, A. **La publicidade**. Barcelona: Paidós, 2000.

MATTOS, C. M. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990.

MENDES, A. R. **A constituição das fronteiras marítimas brasileiras**: do “mar territorial” a “Amazônia azul”. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/26481>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

MOURA NETO, J. S. Defendendo o pré-sal. *In*: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. **Segurança internacional**: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

NATO STRATEGIC COMMUNICATIONS CENTRE OF EXCELLENCE. **About NATO StratCom COE**. Riga, 2024. Disponível em: https://stratcomcoe.org/about_us/about-nato-stratcomcoe/5. Acesso em: 31 jul. 2024.

NEOWAY. **Stakeholders**: o que são, quais suas funções e exemplos. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://blog.neoway.com.br/stakeholders/>. Acesso em: 31 jul. 2024

OLIVEIRA, B.; OHANA, P. T. Planejamento inédito ordenará as potencialidades do mar brasileiro. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/planejamento-inedito-ordenara-potencialidades-do-mar-brasileiro>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PAES, C. Com inclusão da Amazônia Azul, novo Atlas Geográfico é lançado no Rio de Janeiro. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/com-inclusao-da-amazonia-azul-novo-atlas-geografico-e-lancado-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PÉREZ, R. A. **Estrategias de comunicación**. 4. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

ROTH, L. C. C. **As estratégias marítimas para o Brasil no século XXI**. [S. l.: s. n., s. d.]. Trabalho não publicado.

RUÃO, J. B. (org.). **Comunicação estratégica e integrada**: a visão de renomados autores de 5 países. Brasília, DF: Rede Integrada, 2020.

SCHEINSOHN, D.; SAROKA, R. H. **La huella digital**. Buenos Aires: Fundación OSDE, 2000.

SCHULTZ, D. E.; TANNENBAUM, S. I.; LAUTERBORN, R. F. **The new marketing paradigm**: Integrated marketing communications. Chicago: NTC Business Books, 1994.

SERAFIM, C. F. S. **O mar no espaço geográfico brasileiro**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. (Coleção Explorando o Ensino, v. 8).

SILVA, A. J. R. **Amazônia Azul**: a nova realidade geopolítica brasileira. 2007. 54 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/846136>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOUZA, B. Amazônia Azul: entenda por que o Brasil é maior do que está no mapa. **CNN**, São Paulo, 26 jun. 2024. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/amazonia-azul-entenda-por-que-o-brasil-e-maior-do-que-esta-no-mapa/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

TOSTA, O. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VIANNA FILHO, A. **Estratégia naval brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

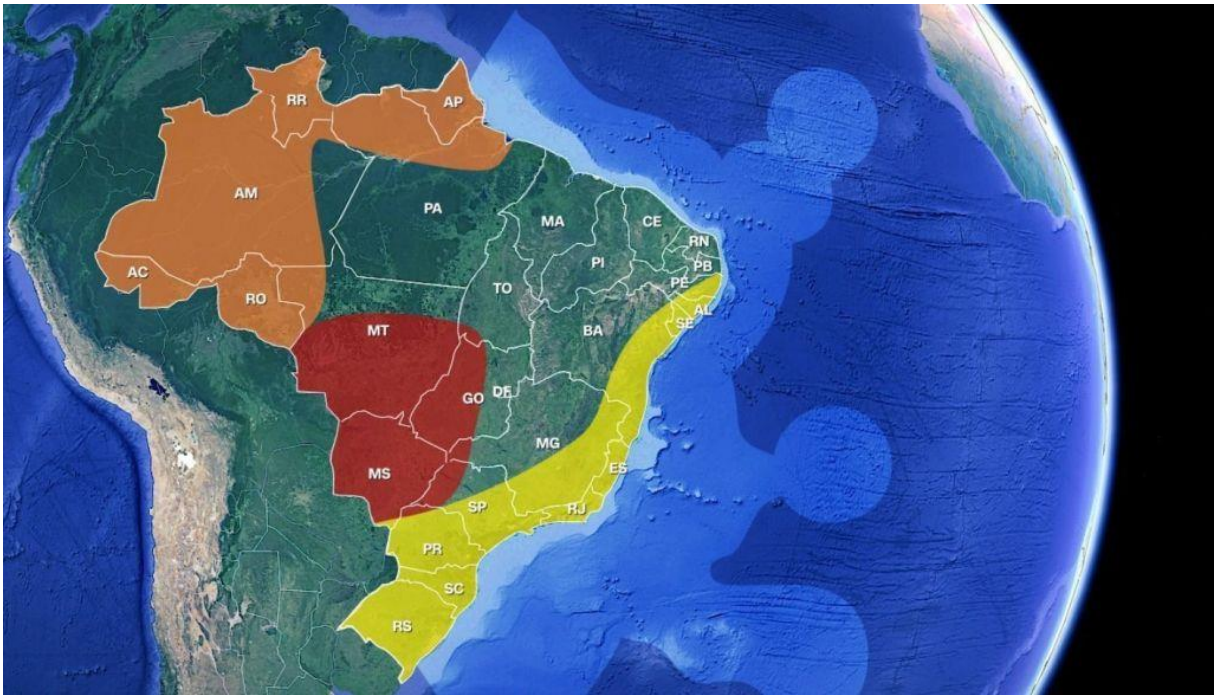
VIDIGAL, A. A. F. *et al.* **Amazônia azul**: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ANEXO A – Atlas do IBGE e livros didáticos incluirão mapa da Amazônia azul

Fonte:

MARINHA DO BRASIL. **Amazônia azul**. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/sobre.html. Acesso em: 29 jul. 2024.

ANEXO B – Amazônia azul: Brasil é maior do que está no mapa



Fonte:

SOUZA, B. Amazônia Azul: entenda por que o Brasil é maior do que está no mapa. **CNN**, São Paulo, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/amazonia-azul-entenda-por-que-o-brasil-e-maior-do-que-esta-no-mapa/>. Acesso em: 29 jul. 2024.